



ENTREVISTA ENI PUCCINELLI ORLANDI

Por José Simão da Silva Sobrinho



Nesta entrevista, a professora e pesquisadora Eni Orlandi aborda temas importantes acerca da história da produção de conhecimentos linguísticos no Brasil. A entrevistada é reconhecida na comunidade científica nacional e internacional por seu consistente, significativo e consequente trabalho teórico e analítico em Análise de Discurso e em História das Ideias Linguísticas. Nesses campos do conhecimento, orientou dissertações e teses, escreveu e publicou dezenas de livros e artigos

que são referências para pesquisadores, professores e estudantes da área de Letras e Linguística. Desenvolveu projetos que se tornaram disciplinas, linhas e programas de pesquisas na história da pós-graduação brasileira. Além de seu trabalho fundador nos referidos campos, destacam-se as contribuições para o campo da Educação. Seu livro “Discurso e Leitura”, no qual aborda questões mais diretamente relacionadas ao ensino da leitura e da escrita, vêm sendo ininterruptamente reeditado desde 1988. Foi professora da Universidade de São Paulo (USP), de 1967 a 1979, e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) de 1979 a 2002. Atualmente é pesquisadora 1A do CNPq, pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb) da UNICAMP, professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS) e professora colaboradora do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da UNICAMP. As notas de rodapé são de autoria da entrevistada.



ENTREVISTA

José Simão: Na década de 1980, a senhora iniciou algo absolutamente novo no campo científico brasileiro: o estudo das relações entre a produção de conhecimento sobre as línguas e a formação social e política do Brasil. Quais foram as condições do surgimento desse programa de pesquisa?

Eni Orlandi: As condições de estabelecimento desse programa de pesquisa têm três acontecimentos, igualmente decisivos. O primeiro deles foi o projeto de área que elaborei e implantei, entre 1985 e 1987, no departamento de Linguística do IEL/Unicamp, cujo título era “Discurso, Significação, Brasilidade”. Era um projeto coletivo que visava reunir diferentes temas de pesquisa de interessados em análise de discurso, sobretudo alunos, e, assim, constituir um fórum comum de discussões, objetivando o desenvolvimento da área e a formação de pesquisadores. Um dos itens, expressivos, deste projeto era a identidade linguística brasileira, que tinha como cerne a língua em sua constituição, a produção de conhecimento sobre ela, o saber a língua, os discursos sobre a língua, assim como a construção de um imaginário linguístico pela/na sociedade brasileira. Um segundo acontecimento, na realidade, foi minha ida para a França, para um pós-doutorado de um ano (1987/1988), na Universidade de Paris VII. Como projeto pessoal, a ida à França dava continuidade às consultas que tinha iniciado, já anteriormente (1984), aos arquivos da Propaganda Fide, ao Arquivo Secreto do Vaticano e aos do Colégio Internacional dos Capuchinhos, em Roma. Em Paris, com meu pós-doutorado, pude consultar os arquivos da Biblioteca Nacional (naquela época, na Rue de Richilieu), os do Instituto Católico de Paris e os arquivos da Biblioteca Mazarine, também em Paris. O objetivo principal era a escrita do meu livro “Terra à Vista”, que publiquei em 1990, onde elaborava, atentamente, a ideia da colonização como um acontecimento linguístico e explorava as formas de discurso investidas na colonização. Através da análise de relatos de missionários e de viajantes, observava os discursos sobre o Brasil e sobre os brasileiros, e analisava os modos de inscrição das línguas nesses relatos. O terceiro acontecimento se dá através de um outro objetivo neste meu estágio em Paris: formalizar um convênio com a França para tornar regular as relações de trabalho que eu já mantinha com pesquisadores franceses que trabalhavam com a linguagem¹. Fiz, então, várias reuniões com vários grupos de pesquisa, e estabelecemos um convênio com a Univ. de Paris VII, coordenado por mim, na Unicamp. Organizei, em 1991, junto à equipe francesa desta universidade, um Colóquio com o tema “La citoyenneté au XIXème siècle, au Brésil et en France”.

¹ Meu primeiro contato de trabalho com a França deu-se em 1968/1970, através de meu leitorado em Montpellier, e os cursos frequentados em Paris, tanto com O. Ducrot (EHESS) como os da Univ. de Paris-Vincennes (N. Ruwet, L.J. Prieto), em meu doutorado. Em 1984, participei de um Colóquio sobre Orwell, organizado por analistas de discurso e sociolinguistas, e estabeleci relações de trabalho informais com intelectuais que haviam feito parte do grupo de Michel Pêcheux, e com pesquisadores da Maison des Sciences de l’Homme, agrupados em torno da revista *Langage et Société*, na época liderados por Pierre Achard.



Nessa ocasião, reunimos linguistas, analistas de discurso, literatos e historiadores brasileiros, e historiadores e sociólogos franceses. Nosso grupo, de pesquisadores brasileiros, apresentou estudos em que, através da questão da língua e do discurso, procurávamos entender a constituição do Brasil desde o século XVI. Os resultados deste encontro foram publicados no livro que organizei, “Língua e Cidadania no Brasil” (1996), com E. Guimarães. Já em 1988, no oitavo andar da Universidade, em Jussieu, conheci o grupo, liderado por Sylvain Auroux (CNRS), que se dedicava à História das Teorias Linguísticas e, no qual, também se encontravam vários pesquisadores de análise de discurso (Francine Mazière, F. Gadet, J. Guilhaumou e Denise Maldidier, P. Sériot etc). Era um grupo de pesquisas bem estabelecido e produtivo, com participantes de vários países. Em reunião com Sylvain Auroux, fui convidada a fazer parte da equipe, colocando, assim, o Brasil na rede de países que participavam deste projeto coletivo, deste programa de pesquisas. Estabelecemos, formalmente, um termo de cooperação entre o grupo de Sylvain, alocado na Univ. de Paris VII, e a equipe que formei no Brasil, com sede na Unicamp, integrada por alunos meus, de todas as partes do Brasil, e também por colegas. Durante muitos anos, e sustentados pelo acordo Capes/Cofecub, coordenado por mim, no Brasil, e por Sylvain, na França, desenvolvemos pesquisas e formamos muitos pesquisadores em História das Ideias Linguísticas (HIL), nome do projeto que implantei no Brasil e que veio a se desenvolver na Unicamp, como disciplina. O projeto cresceu e formou uma rede de pesquisadores em todo o Brasil. Depois de cerca de dez (10) anos, em 2003, passei a coordenação a Eduardo Guimarães. Penso que o elemento primordial que caracterizou o projeto, para que houvesse real participação e contribuição dos dois lados do convênio – Brasil e Europa – foi minha proposta, bem aceita por Sylvain, de incluir a questão da colonização como fundamento – mantendo a hipótese, que eu tinha estabelecido, de que o conhecimento sobre a língua faz parte da história de constituição da própria língua, em sua conjuntura sócio-política e cultural – para a compreensão da história das ideias linguísticas no Brasil. Nos muitos anos em que coordenei o projeto, com apoio do Acordo Capes/Cofecub (dos primeiros em nossa área, 1992, em forma de projeto coletivo, internacional) – tendo, além de Sylvain, também Francine Mazière, auxiliado na condução do mesmo – um grande número de pesquisadores de várias universidades brasileiras, além da Unicamp, puderam fazer estágios nas universidades francesas e, principalmente, na ENS/Lyon, no campo da história das ideias linguísticas. Durante o período deste meu pós-doutorado na Univ. de Paris VII (1987/1988), participei intensamente das reuniões coletivas (na rue d’Ulm), fiz conferências e seminários, e reuniões regulares de trabalho com Sylvain Auroux. Destas conversas, destacaria as discussões da distinção que tinha formulado entre língua imaginária e língua fluida (1985), a relação entre produtividade e criatividade em linguagem, a reconsideração da noção de mudança linguística quando se trata de línguas envolvidas no processo de colonização, minha posição, teórica e metodologicamente sustentada, em falar em Língua Brasileira, as discussões sobre o que eu pensava da relação entre o conhecimento *sobre* e a história *da* língua, na conjuntura da colonização, e a constituição da sociedade

brasileira, vista pela perspectiva da língua e da produção do conhecimento sobre ela. Também discutimos a relevância de trabalhar com os discursos sobre a língua. Ouvi de Sylvain exposições sobre teorias da linguagem, sua elaboração da questão da gramática e do dicionário como tecnologias do conhecimento linguístico, e suas reflexões sobre filosofia da linguagem e filosofia das ciências. Resultaram dessas nossas reuniões muitas consequências que podem ser lidas nos vários textos publicados no Brasil e na França, sobretudo, como produções iniciais, o número especial da revista *Langages* (*L'hyperlangue brésilienne*), organizado por Sylvain, eu e Francine, a publicação, no Brasil, do livro *Revolução Tecnológica da Gramatização*², e a posterior vinda do Congresso da ICOHLS para o Brasil (2002), entre os inúmeros resultados dos estudos e pesquisas, desenvolvidos durante esses anos, com apoio do Acordo Capes/Cofecub. Acima de tudo, neste período, tornou-se maior a compreensão que tínhamos das questões de teoria e de língua, na convivência com pesquisadores de várias tradições linguísticas e teóricas no domínio dos estudos da linguagem. Foram muitas as reuniões de trabalho e os eventos em que estive presente, durante estes anos. Finalmente, um resultado, não menos importante, foi a instalação de um projeto internacional, “História das Ideias Linguísticas – Construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional”, que reunia muitos países e, no Brasil, várias IES, de muitas regiões do país, já na década de 90 do século XX. É preciso mencionar, aqui, a participação da USP, a partir de 1998. Além do intercâmbio, merece referência a grande produção de eventos no exterior e no Brasil, as bolsas sanduíche, as dissertações, teses, artigos, capítulos de livros e livros publicados. Isto resultou na efetiva instalação de uma disciplina, e também em uma área de conhecimento no Brasil, com sua teoria, método e objeto.

José Simão: Como o programa de pesquisa História das Ideias Linguísticas proposto pela senhora se diferencia da Historiografia da Linguística, da História Social da Linguagem e dos projetos coletivos sobre a História do Português Brasileiro?

Eni Orlandi: Penso que a diferença – de certo modo já estabelecida pelos pesquisadores do grupo de Sylvain Auroux, e que mereceu de nossa parte uma atenção particular – com a Historiografia, é que não se trata de uma abordagem externa, em que contam a cronologia, ou fatos datados, mas a própria urdidura do conhecimento em sua formulação. No caso da história das ideias linguísticas, a diferença está em que se pensa esta história não como historiador, mas como especialista em estudos da linguagem e, para isto, se elabora um método de pesquisa de arquivos muito próprio, a partir do conhecimento da linguagem que o pesquisador pratica, em sua relação com as diferentes teorias. Nesta forma de abordagem, a questão da exterioridade toma um sentido forte. Pensa-se a

² Este livro juntava, por sugestão minha, as introduções que Sylvain fizera aos três volumes da História das Ideias Linguísticas, publicados na França. E, como tal, foi publicado antes no Brasil. Depois, em uma versão que guardava suas características principais, foi publicado na França.



exterioridade em sua natureza, como o dentro/fora, como tenho considerado, caracterizando o real do que é o simbólico junto ao que chamamos historicidade (ORLANDI, 2002, p. 55)³. Por outro lado, nesta forma de pesquisa coletiva, em que se pode conviver com colegas de muitos países e de muitas linhas teóricas do saber (meta)linguístico, podemos manter a perspectiva da teoria que praticamos para o conhecimento da linguagem, no nosso caso, o da Análise de Discurso, na produção de um conhecimento que se faz pela pesquisa de arquivo, o que nos leva a considerações epistemológicas e a uma maior compreensão do nosso próprio campo teórico. Isso nos diferencia também da História Social da Linguagem. Ao invés de fazer a história da sociedade brasileira aí incluindo a língua, procuramos mostrar como o estudo da história da língua e de seu conhecimento pode nos “falar” da sociedade e da história política da época, e do que resulta como ideias que nos acompanham ao longo de nossa história. Isto, de certo modo, situa-nos em relação à nossa prática científica. Em relação aos projetos sobre a História do Português Brasileiro, a diferença se apresenta na maneira mesmo como se considera a própria questão da língua em sua historicidade. As pesquisas sobre o português brasileiro, em geral, alinham-se à dialetologia e aos estudos da variação e mudança, em que não entram considerações sobre ideologia, simbolização das relações de poder, ou forma de constituição dos sujeitos e da língua em suas interrelações. Na perspectiva da história das ideias linguísticas, a história de uma língua implica, além da elaboração do conhecimento da língua, o próprio sujeito e a conjuntura sócio-política como partes da produção desta história. Dessa forma, a história das ideias linguísticas se demarca de perspectivas teóricas como a pragmática ou a posição empirista do funcionalismo, que são formações teóricas, trabalhadas na história do português brasileiro, e que se inscrevem no que se pode chamar sociologismo. Neste, em que dominam as descrições, as comparações, trabalha-se na instância da *correlação* entre língua e sociedade, em que as categorias são sociológicas (idade, sexo, escolaridade). Já na prática da história das ideias linguísticas, considera-se a relação *constitutiva* entre linguagem e sociedade, tomada na história. Assim, não há, como no sociologismo, apagamento do político, pelos procedimentos descritivos. Ciência e política se atravessam, em conjunturas sócio-históricas sempre particulares, significativas, de tal modo, que torna-se fundamental compreender como se praticam as formas de conhecimento, pois estas são politicamente significadas. Desse modo, na perspectiva discursiva e da história das ideias que praticamos, noções como mudança, variação, dialeto, contato, ou a própria noção de língua são postas em estado de reflexão e pesquisa, pois não se desconhece que a teoria com que se pensa esta história concorre para a definição dos resultados a que se chega. Isto importa muito quando se pensam as consequências para o ensino de língua, ou seja, um ensino não automatizado pelas teorias da moda, mas um ensino refletido pelos aportes teóricos que compreendem, além da produção de diversas teorias da linguagem, os percursos feitos pela língua em sua prática

³ ORLANDI, E. P. **Língua e Conhecimento Linguístico** – para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

histórica e social, onde entram a conjuntura política e os objetivos perseguidos pelos professores de línguas nas instituições. Além disso, e ainda nesta direção, ao não automatizarmos nossa relação com as ideias linguísticas, no Brasil, não naturalizamos a passagem pelas diferentes formas de seu conhecimento e isto repercute sobre o modo como os brasileiros se representam e ensinam sua língua.

José Simão: Em seus trabalhos, a senhora compreende que o século XIX foi fundamental para a constituição de um espaço brasileiro de produção de conhecimento linguístico. Que acontecimento tornou esse período tão importante?

Eni Orlandi: Na realidade, o processo de produção do conhecimento linguístico já vinha se constituindo bem antes. Mas torna-se visível, e toma um lugar definidor, com a Independência, sem dúvida. Tornou-se visível por ter-se tornado mais organizado, sistemático e mesmo ter-se acelerado, dadas as condições. O que me permite dizer que há vários acontecimentos que tornaram este período importante. Entre eles, além do acontecimento político maior que é a Independência, e, depois, a instalação da República, há, como disse, um acúmulo já de saberes sobre a língua no Brasil que permite a constituição de uma posição-sujeito gramático, bem delineada, configurada em suas formulações e práticas sociais, como as de produzir, ao mesmo tempo, as gramáticas, as tecnologias necessárias ao ensino, e os cursos, ou seja, a institucionalização deste saber. O acontecimento da gramatização massiva de nossa língua, no século XIX, significa a descolonização linguística, e permite que não se tenha que ir a Portugal para aprender a nossa-língua-deles, fazendo com que, ao se produzir um conhecimento autóctone sobre a língua, se produzam os instrumentos de representação deste conhecimento e a presença do próprio sujeito que aprende a língua, isto é, o brasileiro. Inventam-se, assim, também os alunos, os continuadores, a produção regular de instrumentos. Configura-se, pois, a institucionalização do conhecimento *sobre e da* língua, e, junto, a produção de instituições do conhecimento que organiza a sociedade, sustentando e projetando a existência do Estado brasileiro e da língua nacional (institucionalizada). Por outro lado, é conhecida a importância da literatura brasileira, nesta conjuntura. A materialidade da nossa língua não só é objeto de conhecimento como é base da produção literária com que ela se apresenta. São todos acontecimentos fundamentais para a apresentação/representação de uma língua nossa, em sua independência e soberania; e a de um sujeito brasileiro que não só sabe sua língua, mas que sabe que a sabe.

José Simão: Sobretudo a partir do final da década de 1970, no contexto dos esforços para mudanças no ensino de língua portuguesa, o trabalho do gramático passou a ser alvo de muitas críticas. Contudo, qual foi a importância do trabalho do gramático para a constituição da sociedade brasileira?



Eni Orlandi: Não se pode esquecer que 1970 é também um marco para a introdução da Linguística no curriculum de Letras. Como iniciei meus estudos de linguagem, no curso superior, com a Filologia, assisti a estas ondas críticas muitas vezes e de muito perto. Aliás, eu sempre me interessava pelo que estava se iniciando e não pelo já estabelecido, e isto me valeu uma história bem movimentada. Quando estudava Filologia, nos anos 60 do século XX, meu professor de Filologia, Clemente Segundo Pinho, discípulo de Silveira Bueno, catedrático de Filologia Portuguesa, na USP, mostrou-me que meu interesse era pela Linguística Geral e não pela Filologia Portuguesa. Fui estimulada por ele, e pelo professor Fausto Castilho, a me dedicar à Linguística, ciência que ainda era aceita com restrições pelos filólogos. Sobretudo a Linguística estruturalista. Posteriormente, ainda nos anos 60, iniciei meu trabalho docente, na USP, juntando, ao ensino de Filologia Românica, o de Linguística. Além da tradicional relação crítica entre Filologia Portuguesa e Filologia Românica, havia, dentro da Filologia Românica, que foi a “cadeira” (vivíamos o sistema de Cátedras) que sustentou a existência institucional da Linguística na USP, uma tensa relação entre alguns mestres da própria Filologia Românica e a introdução da Linguística, projeto apoiado sem restrições pelo professor Maurer, meu professor de Linguística Indo-Europeia e também de Linguística Geral, em meu mestrado na USP (1965/1967). Isso para dizer que as críticas que se fazem às diferentes teorias ou disciplinas são parte da existência delas nas instituições, como se o conhecimento só pudesse ser “um” e de “alguns”, sem equívocos, contradições, falhas e incompletudes. Posso dizer que, aceitando esta condição imperfeita, me beneficiei muito de ter sido filóloga, antes de ter entrado no campo da Linguística, com decisão, e de ter sustentado, no cenário de estudos da linguagem, com o mesmo entusiasmo, a Análise de Discurso. Pois bem, voltando à questão dos gramáticos, já no início do século XX, havia uma conjuntura que ia se tornando crítica à prática dos gramáticos e que, mais tarde, sofreu o impacto da presença dos linguistas, no campo do conhecimento de língua(s). Mas a existência da Escola e do ensino de língua, a necessidade histórica de saber-se ler e escrever, na civilização cristã ocidental, garantia/garante a existência do gramático e da língua institucionalizada (normatizada). Falando mais diretamente da importância do Gramático, começaria por dizer que há necessidade de se ter, para se ter reconhecida a língua que se fala, um Autor, uma posição-sujeito autorizado que diga como a língua é e como ela deve ser. Esta foi a posição-sujeito do nosso Gramático no século XIX, pois, neste momento histórico, nesta conjuntura política, ele reúne estas duas formas de conhecimento. Nesta fase, *saber como nossa língua é*, na verdade, simboliza a nossa diferença em relação ao português que nos foi imposto pela colonização; *saber como ela deve ser* produz a gramatização de nossa língua e sua independência em relação aos instrumentos tecnológicos de sua representação: temos nossos gramáticos, nossa língua, os sujeitos que a falam, nossas gramáticas e dicionários e, também, nossa literatura. Ser autor de gramática no Brasil do século XIX é assumir a posição de um saber linguístico que não reflete apenas o saber gramatical português, ao contrário, se distingue dele, aponta para fatos de linguagem autóctones. A descrição e a teorização a



partir dos “fatos” da língua (cf. Júlio Ribeiro, 1881) são partes da gramatização e da reivindicação de um saber sobre a língua e de um saber a língua, produzidas pelo Gramático. Língua nossa. Ao deslocar a autoria da gramática para território brasileiro, os nossos gramáticos estão deslocando a autoridade de dizer como nossa língua é (ORLANDI, 1997)⁴. Ser gramático, no século XIX, é ter um lugar de interpretação marcado pela historicidade, ou seja, ter um lugar de responsabilidade como intelectual no momento do início da República no Brasil, e ter uma posição de autoridade em relação à singularidade de nossa língua. Um gesto de descolonização profundo e irreversível, pois sustenta-se/produz-se na materialidade de nossa língua. Na passagem para o século XX, a proliferação desordenada dos gramáticos, ou de descrições gramaticais, a instituição de uma comissão oficial e o decreto que instaura a NGB (ORLANDI, 1997) produzirão mudanças substanciais nesta posição do gramático, já abrindo espaço para a presença, e a posição- sujeito do saber a língua do linguista.

José Simão: No século XX, a institucionalização da Linguística no Brasil produziu que transformações na prática científica e política do gramático?

Eni Orlandi: Muitas, como referi anteriormente, mas não conseguiram – e penso que não conseguirão – transformar de fato a relação do ensino com a língua, que passa, necessariamente, pela mediação da gramática, do Gramático, algumas vezes com cores do conhecimento linguístico, digerido pela escola e pelo sistema de ensino o que, certamente, o transforma em conhecimento normativo da língua. O que quero dizer é que, mesmo se, com a linguística, o conhecimento do gramático passa pela legitimação do conhecimento do linguista, não o faz de modo que haja real transformação do conhecimento escolar. Mas produz alguns deslocamentos. Fundamentalmente, a transformação produzida foi a de que a presença do linguista, a quem se delega o conhecimento real da língua, desloca o gramático para a posição de guardião da norma. Separa-se o que a língua é o que ela deve ser, em termos de divisão do trabalho da e sobre a língua, encarnada na distinção entre o linguista (o que a língua é) e o gramático (o que ela deve ser). Esta é a mudança que atinge a prática científica e política do gramático. Não podemos deixar de dizer que esta é uma divisão imaginária do discurso sobre a língua e seu conhecimento, pois há muitos teóricos da linguagem para os quais o linguista não deixa de ser normativo na produção de seu conhecimento sobre a língua, ou que, em outras palavras, ele produz um conhecimento que também concorre para a normatização da língua. De todo modo, estas considerações se fazem na relação com o que se considera como norma, em suas diferenças: norma gramatical, norma padrão e norma culta. Distingue-se, também, a descrição e a explicação (da materialidade) da língua de sua normatização. Essas são distinções que buscam representar a distância entre o gramático e o linguista, atravessando suas práticas teóricas, e suas presenças no imaginário social sobre a língua. Da separação, entre o que a língua é (sua ordem, saber do linguista como cientista)

⁴ ORLANDI, E. P. O Estado, a Gramática, a Autoria. *Relatos*, n. 4, IEL/Unicamp, 1997.



e o que ela deve ser (sua organização, saber do gramático, como guardião da norma), tem-se produzido um imaginário social da relação dos sujeitos e sua língua, com seus equívocos. Entre eles, não é menor o que sustenta que o linguista aceita que se fale de qualquer modo (“errado”), como seu contrário, o de que o gramático restringe a língua só às regras ensinadas na escola, ignorando as diferenças de classe, regionais, de origem etc. Equívocos que resultam em páginas e páginas de publicações, que se alimentam de uma falácia, sobretudo de linguistas e de especialistas em ensino de línguas, chegando mesmo aos órgãos governamentais. Equívocos que se assentam no ignorar-se a conjuntura política (ter um Estado não prescinde de ter-se uma língua nacional, simbolização da unidade da soberania de um país), a conjuntura histórico-social (a divisão social vai à escola, onde o princípio da igualdade/homogeneidade, da sociedade capitalista, também está presente), e ideológica (a língua é uma, é una, é transparente).

José Simão: São quase 200 anos da descolonização política do Brasil. Há mais de um século, intelectuais brasileiros compreenderam a existência da língua brasileira como um fato de linguagem. São passadas quase três décadas da criação do programa de pesquisa História das Ideias Linguísticas, no qual se produzem arquivos sobre a descolonização linguística no Brasil. No entanto, de que modos a colonização continua produzindo efeitos nos conhecimentos sobre línguas produzidos no Brasil?

Eni Orlandi: Será que compreenderam? E se compreenderam racionalmente, conseguem se desligar do mal estar que sentem por se desligarem de algo que tradicionalmente legitima um conhecimento ultrapassado, mas ideologicamente confortável, para sentirem-se, eles mesmos, legitimados na academia? Falar em Língua Brasileira, como falo (e escrevo), por exemplo, continua a causar estranhamento. Há uma história do conhecimento sobre a língua, e do conhecimento da língua, que nos acompanha há séculos, mas há um saber que não se aprende e que produz seus efeitos: é a ideologia. Há, ainda, o que chamamos de memória discursiva, em que o sujeito se confronta com a alteridade, o já dito e esquecido que o determina na sua relação histórica com os sentidos e com os efeitos de seus processos de identificação. E a colonização, aí, fala por conta própria (ORLANDI, 2012, p.11)⁵. É pela memória no sentido discursivo – a estruturada pelo esquecimento – que a colonização continua produzindo efeitos no conhecimento, e na prática linguística, porque há sujeitos, e não há sujeito sem ideologia. Então, toda vez em que se apresentarem as condições para que, ideologicamente, funcione a ideologia da colonização, isto se produzirá. A colonização se apresenta já no modo como se constituem as questões sobre a língua, sobre a relação dos sujeitos com a(s) sua(s) língua(s) e o conhecimento sobre a língua, no nosso imaginário social. E isto é garantido

⁵ ORLANDI, E. P. A fuga dos sentidos: efeitos da polissemia e do silêncio. In: CARROZZA, G.; SANTOS, M. dos; SILVA, T. D. da. (Orgs.). **Sujeito, Sociedade, Sentidos**. Campinas: RG, 2012. p. 11-27.



por discursos cristalizados que funcionam em uma memória institucional votada à estabilização e à fixidez. Mais geralmente, praticamos também o colonialismo intelectual que é o de apagarmos nossos autores sustentando-nos em discursos produzidos lá fora. Como afirmo, em meu livro “Terra à Vista” (1990)⁶, nossas fronteiras – e não estava falando só das nossas fronteiras físicas – não demarcam, propriamente, um espaço nosso, pois são traçadas de fora para dentro, em que o nosso Outro, lá, determina, muitas vezes, nosso território, aqui. Seja este território político ou simbólico.

José Simão: Os gramáticos do século XIX fizeram enorme esforço para legitimar a escrita do brasileiro. Quais foram os resultados desse gesto político? Como isso ressoa na história brasileira da ciência da linguagem?

Eni Orlandi: Gostaria de lembrar algo a que me tenho dedicado nestes anos, isto é, a afirmação de que a relação com a oralidade e com a escrita remete a diferentes relações com a história, a diferentes funcionamentos do interdiscurso. E nestas formas de nos construirmos nossa posição sujeito da língua brasileira, são muitas as estórias nas quais nos significamos: rural/urbana, indígena e colonizadora, de imigração, de fronteiras etc. Uma distinção a se considerar, penso, é entre escrita e escritura: a escritura estando presente em processos em que a literatura se faz presente. Em nosso caso, no século XIX, com nossos processos de gramatização, legitimamos uma nossa escrita. Paralelamente, deu-se também o processo literário pelo qual fica visível o estabelecimento de uma nossa escritura. Esses processos não estão desligados, mas são elaborados em suas especificidades e não se confundem. O que os liga de maneira forte é que, no século XIX, com a constituição da sociedade brasileira com suas instituições, leis, produção, governo e explicitação da vida civil, com suas regras e suas políticas particulares, a relação escrita-escritura nos faz saber que temos uma língua nacional que não se confunde com a língua de Portugal, temos uma língua que se estabelece junto à soberania do Estado brasileiro. Como dizia Macedo Soares, era preciso que escrevêssemos, no Brasil, como falamos. Ele, certamente, não pensava que devíamos simplesmente transcrever nossa oralidade, mas elaborar uma escrita (escritura) nossa. E entra aí o aspecto da historicidade da escrita e da oralidade. Considero que o que chamamos de oralidade (ORLANDI, 1990) praticamente não existe na cultura ocidental, tal como ela se processa no mundo europeu, por exemplo. Sendo a sociedade ocidental caracterizada pela escrita, a oralidade se esgueira de forma marginal em situações particulares que são rupturas em relação à ideologia dominante, ocidental cristã⁷, da escrita. Mesmo quando pensamos estar na oralidade, estamos na oralização da escrita: nossas formulações já têm a forma material da escrita, no modo como se configura nossa memória discursiva, em uma relação escolarizada/institucionalizada, normalizadora, com a língua

⁶ ORLANDI, E. P. **Terra à vista. Discurso do confronto:** velho e novo mundo. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

⁷ Aqui penso a religião (a Letra, a Bíblia) e o direito (as letras: os códigos).



(nacional). E cada vez mais as tecnologias da escrita se sofisticam (materialidade digital, por exemplo), se naturalizam, deixando pouco espaço para a irrupção da oralidade⁸. Pensando assim a oralidade e a escrita não em sua oposição, como tipos, mas discursivamente, podemos observar que a escrita e a oralidade produzem diferentes gestos de interpretação e, na diferença destes gestos, está inscrita a diferença que caracteriza posições (do) sujeito. Essas diferentes posições estão carregadas da relação da língua com as formações sociais em seus mecanismos de projeção imaginários. Por isso, não há transposição da oralidade para a escrita. São funcionamentos discursivos diferentes que têm a ver com a historicidade e com os processos de significação dos sujeitos e entre sujeitos. Ou seja, são distintas relações com a história que implicam processos de significação distintos. Um dos efeitos produzidos pela escrita lhe dá foros de legitimidade, escolaridade, urbanidade (escrita culta) e posição social reconhecida de quem a pratica com domínio. A escrita, em uma sociedade da escrita, não é só um instrumento, como dizem alguns, ela é estruturante. Com isso quero dizer que ela é lugar de constituição de relações sociais, de relações que dão uma configuração específica à sociedade e aos seus membros. A forma da sociedade ocidental está diretamente relacionada com a existência ou ausência da escrita. Ora, ao gramatizar a língua e ao nos prover de uma escrita, e de uma escritura, nossos Gramáticos, e nossos Literatos, contribuíram para dar a forma da nossa sociedade (com escrita e escritura), filiando-a à cultura ocidental. A escrita, segundo penso, especifica a natureza da memória mobilizada, isto é, ela define o estatuto do interdiscurso que determina a produção de sentidos e a posição dos sujeitos, definindo assim, em grande parte, os processos de individuação desses sujeitos. A forma-sujeito histórica individuada pela escrita se distingue da individuada pela oralidade. Por isso não adianta “aprender” a escrever, é preciso que esta aprendizagem não seja só transcrição, mas que inscreva o sujeito na estrutura social, da cultura ocidental cristã. Com seus valores. A escrita apresenta-se como um trabalho da memória que estrutura as relações sociais. O trabalho dos Gramáticos, do século XIX, atinge a estruturação destas relações, na organização da sociedade brasileira, contribuindo para isto com a escrita. Resulta, pois, que temos sim uma sociedade da escrita, temos uma língua nacional etc., que nos legitima. Mas, pelo processo de colonização e de descolonização linguística, devemos considerar que há movimento na história, nos modos de individuação dos sujeitos, e não é em linha reta que caminha a constituição de nossa sociedade, ao mesmo tempo parte da história europeia e de muitas outras histórias que têm índios, imigrantes, africanos, latino-americanos, como sujeitos. Histórias que nos provêm de particularidades na relação entre escrita e oralidade. Mas uma coisa é certa: a passagem da oralidade para a escrita passa pela gramatização das línguas e é esta possibilidade que nossos Gramáticos, no século XIX, construíram. Esse processo, em diferentes movimentos e práticas, uma vez que já temos um Estado e uma sociedade, continua, agora, com outros

⁸ Sociedades como as sociedades indígenas, cuja relação com a oralidade e a escrita é outra, fazem-nos refletir sobre esta questão.

procedimentos, em sua dinâmica, estabelecida pelos distintos modos de individuação do sujeito, distintos modos das divisões sociais, e múltiplas relações com a letra, com as letras, em nossa história, em que está presente nosso multilinguismo regulado, e a presença e ausência da escrita.

José Simão: Em seus trabalhos, a senhora compreende que as maneiras como as questões da língua são tratadas produzem políticas sobre as línguas. Que política sobre as línguas é produzida no Brasil por meio do tratamento dado às línguas indígenas e de imigração como “línguas minoritárias”? Quais são os efeitos desse tratamento para as relações de línguas?

Eni Orlandi: A própria concepção das línguas indígenas e de imigração como línguas “minoritárias” já indica uma posição face à(s) política(s) de língua que se propõe(m). Se levarmos em conta as condições verbais de existência das discursividades (PÊCHEUX, 2011)⁹, teremos que considerar, atualmente, as dos discursos da mundialização, que se inclinam em falar em minorias. Começemos, pois, interrogando a própria noção de “minorias” (línguas minoritárias). Esta noção tem, em sua base (TOCQUEVILLE, 1987)¹⁰, a ideia de quantidade, pensada em relação à igualdade. Parte-se da ideia de que a igualdade extrema, ou a uniformidade, produz a tirania da maioria, o individualismo exacerbado, assim, para ter uma sociedade democrática, é preciso ter uma liberdade vigilante. Aí entra em cena o trabalho das chamadas minorias. Tocqueville formula a questão das minorias em relação a esta tensão entre igualdade e liberdade, na busca do que eu formularia como o equilíbrio entre o *poder* das majorias e a *vontade* das minorias. Na Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias (1992), por exemplo, define-se a língua minoritária como a que é utilizada pelos cidadãos que constituem um *grupo numericamente inferior*, ou é diferente das línguas oficiais do Estado. Mas não se incluem as línguas dos migrantes. Ou seja, não é só a quantidade que conta na distribuição e no equilíbrio. Já em Kant, encontramos um pensamento sobre as minorias em termos qualitativos, fazendo intervir a razão. Não se opõe indivíduo e sociedade, e o indivíduo deve ter as *condições de vir a ser o que é*, de realizar-se, de pensar por conta própria e de tomar suas decisões. Entre estas decisões, a de falar sua língua, podemos acrescentar. É o que observamos no discurso da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996), em que se diz que a declaração deve permitir corrigir os desequilíbrios linguísticos, para assegurar o *desenvolvimento pleno* de todas as línguas (vir a ser o que é), estabelecer a *paz linguística planetária* (aqui já vemos uma nuance do discurso mundialista). Nesta declaração tomam-se as comunidades linguísticas, e não o Estado, como referências. Do meu ponto de vista teórico, deve-se fazer entrar para esta reflexão algo que aí não está: o fato de que vivemos no sistema capitalista, e a razão, quando entra em conta, é a razão capitalista, razão sujeita

⁹ PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso**. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2011.

¹⁰ TOCQUEVILLE, A. de. **A Democracia na América**. 3. ed. São Paulo: Itatiaia, 1987.



a muitas formas de contradição. No capitalismo, o indivíduo não é visto como ser pensante, que decide e participa, mas como consumidor potencial. São outras as condições de existência, é outra a ideologia. Portanto, é nestas condições que devemos compreender o que são as minorias, e não é a questão da quantidade ou qualidade que as define e as faz funcionarem. De todo modo, vê-se que a palavra *minoría* funciona junto à de *democracia*. Junta-se a isto o fato de que se espera das minorias que elas consigam intervir nas instâncias decisórias do poder enquanto comprometidas com lutas assumidas pelo social: os negros, os homossexuais, as mulheres, os povos indígenas, os povos em trânsito, os de outra tradição etc. Do ponto de vista discursivo, tratar-se-ia da entrada em consideração dos sujeitos e do simbólico, da possibilidade de ruptura e da resistência, no que tenho tratado como movimento *na* sociedade (que distingo dos movimentos sociais, que são, sobretudo, organizações) frente a uma formação social não inerte, tomada na história. Penso que o que funcionaria nestas relações de poder e resistência é uma força dinâmica, na direção da transformação. E não é da ordem jurídico-social instituída. É, pois, preciso deslocar o sentido de minoria, tal como vem sendo mobilizado (como movimento social), para fazer valer o que tenho chamado de movimento na sociedade: deslocamento da formação social na história, força viva dos sujeitos que (se) deslocam. Espaços em ruptura na formação social. Irrupção do irrealizado, passagem de um sentido para o sentido outro. Penso que se deva ir além da noção de minorias, pois estas, no momento mesmo de sua denominação, perdem a força de deslocamento, e se estabilizam, na ordem jurídico-social instituída, tornando-se só mais um componente do imaginário social da luta pela igualdade. Mas de que igualdade está-se falando? A de poder integrar-se na sociedade de consumo com seus símbolos, em um discurso liberal, voltado ao mercado? Em que o direito à língua aparece como uma concessão de direitos (minorias) para o desenvolvimento do país, uma forma de gestão para a organização social. Pensando a sociedade capitalista como sociedade dividida e hierarquizada pela simbolização das relações de poder, são estas as condições de produção em que se dá a divisão entre sujeitos, nos processos de constituição de suas identidades, em que contam como falam a língua e a língua que falam. Somos produzidos em nossas diferenças às quais são atribuídos sentidos e valores, ao mesmo tempo, como sujeitos capitalistas, juridicamente constituídos pelos nossos direitos e deveres, iguais perante a lei. Igualdade e diferença se conjugam no mesmo lugar. Como afirma M. Pêcheux (2011), as relações de classe (sociais) são dissimétricas. Este caráter dissimétrico das relações torna difícil conseguir juntar, na equação da democracia capitalista, igualdade e direito à diferença, que é o que caracterizaria as minorias. O que há é uma ilusão: a de que as minorias interessam para a sustentação do que se instala na história com o nome de democracia, seguida de perto pela ilusão de igualdade (liberdade). Se aceitarmos a dissimetria, fazemos intervir a ideologia na constituição do sujeito e dos sentidos, e podemos pensar a diferença sem ter de incluir a cultura ampliada e a democracia, com sua contraditória ilusão de igualdade, mantida a qualquer preço, pelo discurso liberal. Aí podemos, então, afirmar a diferença onde ela faz

sentido, para sujeitos considerados enquanto seres históricos e simbólicos em nossa condição político-social. Produzindo agora este mesmo deslocamento no modo de pensar as diferenças, quanto às línguas na sua relação com os sujeitos, a sociedade, a ideologia e a história, é preciso, na questão da política das línguas, em relação à imigração e aos índios, não sermos tentados pelo idílico e pela nostalgia: nem uma origem pura, nem um passado a se “resgatar”. As línguas mudam, se transformam, desaparecem, misturam-se a outras com que se relacionam em seus contatos, reaparecem, inventadas, modificadas. As línguas não são minoritárias. Nem pela quantidade, nem pela qualidade. São diferentes (ORLANDI, 2013)¹¹. Vivemos politicamente em um Estado que se estrutura na falha, por onde deslizam as diferenças, mas que produzem, sobretudo, a estabilização de suas instituições, de seus discursos, em que constam aqueles sobre as línguas, constituindo o imaginário social em que estas se praticam. E se há algum princípio a ser considerado, é o de que, ao imaginarem as escolherem, em sua liberdade, os sujeitos é que são escolhidos por elas, na política da dissimetria das relações sociais e na determinação histórica destas relações.

José Simão: Como a senhora compreende o discurso sobre “direitos linguísticos”?

Eni Orlandi: Há no discurso sobre direitos linguísticos, como todos os que se situam na formação discursiva do politicamente correto, ou mais próprios à ideologia da mundialização, uma distância trágica entre o que anunciam e sua prática. E os que formulam o discurso dos direitos linguísticos estão, inevitavelmente, em uma posição em que se constitui o poder de formular, com todos os efeitos de pré-construído, no caso, os dos que têm direito a esta formulação, distantes dos que estão submetidos a estes direitos. Outra característica deste discurso sobre os direitos linguísticos é de que, ao mesmo tempo em que são produzidos em um lugar, são acompanhados de outros que lhes dão sentido: na constituição brasileira, em um lugar se afirma o direito à língua (o que evoca o multilinguismo) e, em outro, se afirma que a língua portuguesa é a língua oficial da República Federativa do Brasil. Voltamos ao que, de certo modo, está dito sobre as línguas minoritárias: são subsumidas pelo discurso da mundialização, em que aquilo que se diz se aparta largamente do que se faz. E que leva à museificação do que é local (minoritário). Ilusão democrática. Na realidade, penso que se estabelecem direitos linguísticos como se estabelecem muros que procuram organizar os territórios e as populações, neste caso, o das línguas, em relação às identidades. São muros simbólicos, nem por isso menos eficientes. É o que podemos compreender ao lermos os instrumentos da proclamação desses direitos, como os que citamos acima, da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, a Carta Européia das Línguas Regionais ou Minoritárias. Falta trazer para esta reflexão um instrumento bem

¹¹ ORLANDI, E. P. Ser diferente é ser diferente: a quem interessam as minorias? In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Linguagem, sociedade, políticas**. Pouso Alegre: Univás; Campinas: RG, 2014.



mais recente, a Convenção para Salvaguarda do *Patrimônio Cultural Imaterial* (2003) [grifo nosso]. Este, totalmente formatado no discurso da globalização, em que se dividem as línguas e os sujeitos, em seus espaços linguísticos, e se salvaguardam patrimônios. Discurso ecológico em que a língua aparece como parte da cultura imaterial. O que, para uma filiação teórica como aquela em que me insiro, é absolutamente inaceitável, pois, a língua tem materialidade, por definição. Por outro lado, e mais geralmente, ao pensar a língua como patrimônio, faz-se o que se tem feito usualmente com as línguas indígenas: no processo de salvaguarda, salvam-se as línguas, como patrimônio, em museus, e desaparecem os que as praticam, já que é impossível patrimonializar sujeitos existentes, com seus corpos. Vão-se os dedos, mas ficam os anéis. O que nos leva a dizer que o discurso de direitos linguísticos não parte de nossas necessidades históricas e não responde às condições reais de existência de nossas línguas, mas se constitui como resposta a uma discursividade que vem de fora, como veio a colonização. Nos embates de uma geografia política que nos atinge, somos objetos de um discurso que já nos significa. E este tem pouco a ver com o fato de que, como temos afirmado, em diferentes momentos da história, as relações de poder se organizam e declinam diferentemente suas relações com as línguas e entre elas, nas e entre as sociedades e as culturas diferentes. Portanto, embora herdeiros de um processo de colonização, nossa história movimenta-se permanentemente, sobretudo quando se trata das línguas e nossas políticas. E o que deveria nortear os discursos sobre os direitos linguísticos é essa dinâmica e a contínua transformação das relações entre línguas nas formações sociais, considerando-se que estas não são homogêneas nem imóveis em sua estabilidade provisória. Sobretudo se pensarmos em um mundo em que as diferentes sociedades se encontram reféns de constantes relações de guerra e de invasões, com populações se deslocando em meio à violência e ao risco, carregando consigo línguas que se partem em estilhaços, no meio a vidas clandestinas e sujeitas a toda espécie de opressão, segregação e diásporas.

José Simão: Há, hoje, vários eventos mundiais sobre a língua portuguesa. Eventos itinerantes que se realizam, inclusive, em lugares que não têm essa língua como língua oficial ou nacional. Como a senhora compreende o discurso sobre a língua que se institucionaliza nestes eventos? Que mundialização da língua se produz por meio desses eventos, dentre outros instrumentos e espaços institucionais?

Eni Orlandi: Penso que, nestes assuntos de mundialização, a prática discursiva e a prática política efetiva se distanciam bastante porque o que “fala” mais alto é o jogo econômico, ou seja, é o mercado linguístico sustentando o de mercadorias, de bens materiais - já que costumam, equivocadamente, chamar, como vimos acima, a língua de bem imaterial, mesmo se, como sabemos, a língua tem materialidade; mas, talvez, o simbólico, para estes “usuários” de línguas, passa por imaterial. Isto significa que o discurso sobre a língua que se torna o discurso dominante, ecologicamente correto, tem pouco a ver com o real

da política de línguas, porque reproduz incessantemente esta distância entre o real e o imaginário sobre as línguas, no caso, o da língua portuguesa, praticado nos grandes eventos que pretendem promovê-la. É preciso ainda lembrar que, com estes eventos, trata-se de se manifestar a propósito da língua portuguesa, o que está acontecendo em muitos outros eventos, a respeito de discussões, posições tomadas, ou a se tomar, em relação ao multilinguismo, à língua única (o inglês), e as outras línguas faladas no planeta. Digamos que os eventos fazem parte de uma agenda mundial sobre (ou de defesa do) o multilinguismo. No entanto, há lugares de significação do jogo entre línguas que torna as discussões sobre o que chamo de polilinguismo (ORLANDI, 2012) mais efetivo. Com esta noção, considero, também em suas relações, as línguas polissêmicas, sujeitas a falhas, ao possível. A relação de uma língua à outra produz efeitos metafóricos, de deriva, de deslizamentos, trabalhando essas relações de modo que as línguas sejam tocadas por estes efeitos. Elas estão abertas sobre a polissemia, o que faz com que nenhuma língua permaneça imóvel, sem a possibilidade de mudanças. O multilinguismo existe, pois, na própria possibilidade da transformação das línguas, fazendo parte da história e do político. Isto é a ideologia da globalização, ressignificada, redefinida agora em seu sentido dinâmico e aberto. E aí nossa língua brasileira, junto à portuguesa, tem seu lugar de visibilidade e de realidade histórica, social e política, significado. Merece ainda atenção um aspecto do que podem produzir os grandes encontros sobre língua portuguesa: o estabelecimento, elaboração e discussão de novas noções e conceitos. Já falei sobre a noção de polilinguismo que cunhei, mas há outras que têm sido trabalhadas, como a noção de espaço linguístico, que nos remete à globalização, pensada em sua política de apagamento, pelo menos no imaginário, dos limites histórico-políticos e sócio-culturais da relação Estados/Nações. A noção de espaço linguístico é uma tentativa de organização e de propostas que mostram que estas questões, que são discutidas nestes grandes eventos¹², vão mais longe do que questões linguísticas, propriamente ditas, para se colocarem como questões organizadoras das relações de forças políticas, ideológicas, científicas e sociais do mundo contemporâneo pensado em termos da mundialização. Ao pensar esta organização, considero importante refletir sobre estas línguas de modo pluricêntrico, na perspectiva do universalismo histórico, não deixando de relacioná-las a outras línguas mundiais¹³. Abre-se, dessa forma, estes espaços para questões mais amplas como as guerras das identidades, a guerra das culturas, a disputa pela distribuição da produção científica, a guerra propriamente dita. Conflitos e alianças, acordos, pactos, em uma relação tensa da geopolítica das línguas. Finalmente, é inegável que a língua portuguesa, na

¹² Penso, aqui, em um de que participei no Québec, Canadá, 2011, com 3000 participantes vindos de todo o mundo.

¹³ Fala-se da Lusofonia como um desses espaços de presença mundial, internacional. Mas o seu modo de presença não é o mesmo que o da Francofonia ou da Hispanofonia e muito menos o da Anglofonia. Sem deixar de dizer que, no evento de que participei, foi reivindicado que se considerasse, entre estes espaços, o da africanofonia. O que nos leva a nos perguntarmos o que estamos apagando quando falamos desses espaços como se se representassem do mesmo modo na conjuntura mundial?



grande parte das vezes, impulsionada pela língua brasileira, torna-se mais presente no mundo e estes encontros são momentos em que isto pode estar refletido. O sapo não pula por boniteza, diz Guimarães Rosa, mas por precisão. Certamente é por precisão que a língua portuguesa, sobretudo com a presença da língua brasileira neste espaço, tem merecido a atenção dos grandes eventos. Mercado e interesse.

José Simão: No discurso sobre o ensino de língua portuguesa, hoje, fala-se muito em “educação linguística”, principalmente na perspectiva da sociolinguística. Essa noção se sustenta nas discussões sobre a questão da norma linguística no Brasil. Como essa questão vem sendo tratada nas diferentes formações teóricas?

Eni Orlandi: Vale a pena discutir esta questão, começando pela reflexão sobre as diferentes normas, consideradas em suas relações com o ensino. Resumidamente, podemos dizer que se fala em *norma gramatical*, quando relacionada à gramática normativa, considerando, em geral, no uso da língua, que o que está de acordo com ela é correto, e o que não está, é incorreto. Nesse sentido, ela é valorativa, como qualquer norma. A *norma padrão* deve ser entendida em um sentido particular. Está vinculada a uma língua standard, modelo, que também é normatizada de acordo com as prescrições representadas na sua gramática tradicional. A norma padrão resulta de uma estabilização da língua produzida em certo momento de sua história na sociedade e praticada na escola e nos livros didáticos, como modelo. Não se pode pensar a norma padrão sem pensar a relação com a língua nacional, a língua oficial, as línguas maternas etc. Em sistemas sociais como o nosso, vinculados à ideia de Estado-nação, mesmo que se fale em mundialização, em fortalecimento da relação do Mercado com o Estado, em destituição da centralidade do Estado, a importância da língua nacional em sua representação continua a ser catalizadora da necessidade de uma unidade imaginária sobre uma pluralidade concreta. E é esta necessidade que rege a relação com a língua institucionalizada, oficial, que configura o ensino na Escola. No trabalho com a norma padrão, já temos a presença dos linguistas, e não só dos gramáticos, tomando posições, sustentadas teoricamente, e produzindo argumentos a favor, ou contra a sua prática. Por fim, a *norma culta* é a que resulta da prática da língua em um meio social considerado culto – tomando-se como base pessoas de nível superior completo, nascidas e criadas em grandes centros urbanos. A norma culta se assenta em pesquisa feita por especialistas em linguagem, em nosso caso, língua portuguesa, e deveria representar, com seus materiais, a língua o mais atual possível, o que não acontece. Da perspectiva em que penso a língua na sua relação com as formas de conhecimento e as políticas do conhecimento, considero sintomática a necessidade de se proporem estas normas na administração pública dos usos da língua em uma formação social. Esta noção, de norma culta (fala culta urbana), não é uma noção que existe em países não colonizados. Na Europa, por exemplo, fala-se na língua popular, em gírias etc., mas não se distingue uma norma culta, que separaria os sujeitos com bom domínio da “boa” língua falada socialmente, da menos aceita. O fato de, no

Brasil, se estabelecer esta noção¹⁴, e chamarem esta norma de culta – tendo como critérios a urbanidade e a escolaridade – mostra mais sobre a necessidade de se instituírem parâmetros sociais de distinção da língua, do que sobre um conhecimento real dela em sua estrutura e funcionamento, em condições de produção diversas. Este é o tipo de imaginário que se sustenta em um suposto saber, produzido por especialistas em estudos da língua, com vistas a seu ensino, saber que é, na realidade, um instrumento que produz divisão social e segregação, sustentado pela ciência (saber considerado efetivo de especialistas e não fatos esparsos). Enquanto esta questão estiver determinada pelo discurso do politicamente correto, é uma instância de militância e não de reflexão, nem de compreensão. Por outro lado, o das teorias das ciências da linguagem, pois em relação à norma culta há a presença decisiva de linguistas, o vínculo é, em geral, com a dialetologia e teorias da variação, no domínio da língua portuguesa, o objetivo é a escolarização, em que se parte da oralidade visando a escrita, e o dispositivo da ciência a que se filiam é o da comunicação, declinado na interação, na conversação. Disto resulta já uma forma de conceber o que vem a ser o usuário desta norma culta, em sua posição sujeito social. Por outro lado, a questão de se praticar isto a que se dá o nome de *educação linguística*, que já tem uma longa tradição em nosso ensino, leva, na maior parte das vezes, ao que considero como capacitação e não formação¹⁵ do docente de língua(s). Só a formação, a meu ver, leva à constituição e um sujeito que, com seu conhecimento (seja de língua ou de outro objeto do saber), saiba avaliar os efeitos de sua formação na sociedade em que vive e o desta sociedade sobre ele e em que a forma de conhecimento que nele se constituiu, no caso, o da língua, pode ser mobilizada social e politicamente para a sua melhor socialização. A capacitação é só um manejo instrumental do objeto de conhecimento para este sujeito se situar melhor em função do mercado linguístico – seja para consumir, seja para vender sua força de trabalho. Isto resultou, no passado, nos *treinamentos* produzidos, em fins de semana, na articulação das universidades com as instâncias administrativas governamentais, no ensino de língua, levando os professores do ensino fundamental e médio a criarem forte resistência à reflexão linguística, a um uso padronizado, sem consequências visíveis para ele mesmo e seu aprendiz. Não podemos esquecer que, como pessoa, em seus direitos civis, o aprendiz exige da escola o ideal da civilidade, ou seja, uma educação que corresponda a suas necessidades e à sua diferença,

¹⁴ A partir da participação em um projeto coletivo no Brasil, e que tem sua origem em um projeto internacional lançado por Juan Lope Blanch (II Simpósio do PILEI, 1964), na UNAM (México), para descrever a norma culta (escrita) no espanhol. No IV Simpósio do PILEI, Nelson Rossi, em 1968, apresentou o “Projeto de Estudo da fala culta e sua execução no domínio da língua portuguesa”. Veja-se que se passa da escrita para a oralidade (fala culta, visando a escrita). Em 1969, no III Simpósio do PILEI instalam o Projeto no Brasil, e em 1969, com o projeto já instalado, N. Salum e A. T. de Castilho coordenam o mesmo em São Paulo (E. Orlandi, *Ciência da Linguagem e Política: anotações ao pé das Letras*, Campinas: RG, 2014). (ORLANDI, E. P. **Ciência da Linguagem e Política: anotações ao pé das Letras**. Campinas: RG, 2014).

¹⁵ ORLANDI, E. P. Formação ou capacitação: duas formas de ligar sociedade e conhecimento. In: FERREIRA, E. L.; ORLANDI, E. P. (Orgs.). **Discursos sobre a inclusão**. Niterói: Intertexto, 2014. p. 141-190.



condições para sua formação, levando em conta uma sociedade em que se pratica o preconceito linguístico, avesso à diversidade, seja ela qual for. Sem desdenhar da nossa necessidade de uma unidade ideal – no caso da língua nacional – sustentada por tecnologias como os instrumentos linguísticos (gramáticas, dicionários, ensaios, etc.), e que o aluno deveria poder praticar. Portanto, a educação linguística tem de refletir sobre este aprendiz que será o objetivo final do ensino, uma vez que esta educação deve formar – e não apenas capacitar – os docentes que, por sua vez, representarão o saber a língua de que estes aprendizes necessitam. Ou seja, o linguista, na educação linguística que se propõe, está em posição de mediador, e, como sabemos, esta posição não pode visar uma forma de conhecimento que seja circular, que se esgote em si, mas que consiga atingir as práticas sociais da linguagem, em um circuito bem mais amplo e significativo. Fica a pergunta: como se situa, que formação tem este linguista, para avaliar as diversas teorias que ele pode ter de mobilizar para atingir estes resultados? Aí entra, novamente, a importância de projetos como o da história das ideias linguísticas que permitem uma formação ampla, de reflexão e pesquisa, para o professor de língua(s).

***José Simão:** Considerando que a forma que toma o sujeito do conhecimento hoje é a do sujeito urbano escolarizado, como compreender a separação entre oralidade e escrita em diferentes formações teóricas da Linguística?*

Eni Orlandi: Penso que na resposta que dei acima à separação oralidade /escrita já há elementos para responder a esta questão. Mas gostaria de acrescentar alguns elementos para a reflexão. De modo mais geral, quero lembrar que, em meus estudos e pesquisas sobre o saber urbano e a linguagem, tenho mostrado que há uma determinação do social pelo urbano em nossa sociedade contemporânea, de tal modo, que a urbanidade determina a natureza do social. Nestes termos, o social e o urbano se identificam. O padrão da língua que se deve ter é, assim, o do urbano escolarizado. A separação entre oralidade e escrita serve a estes critérios-padrão. Ou seja, nutrem-se da ilusão da coincidência do social com o urbano, quando, na realidade, eles não coincidem e se trabalham contraditoriamente. Só para chamar a atenção para uma questão presente em nosso cenário nacional, caso bem claro do que chamamos de geopolítica das línguas, vamos fazer entrar nesta reflexão sobre escrita e oralidade as línguas indígenas, em nosso território. Vou citar, para isto, um fragmento de um texto de T. C. C. de Souza (1995)¹⁶, pesquisadora especialista em línguas indígenas e com formação em análise de discurso. Considerando a questão da materialidade das línguas, sua historicidade, e partindo de estudos que fez sobre a constituição da língua falada no Brasil, a partir de fatos da oralidade, ela diz algo bastante significativo para os que propõem o que eu chamaria de um tratamento epistemologicamente inadequado para esta questão. Diz a autora que a descoberta da oralidade, pela oralidade, e não a partir da sua visibilidade em línguas de escrita – lugar comum no estudo das

¹⁶ SOUZA, T. C. C. de. Língua e Oralidade. *Relatos*, n. 2, IEL/Unicamp, 1995.

línguas e na descrição dos discursos – conduz à possibilidade de se falar na constituição da materialidade histórica no interior da própria história da língua – aquela que recupera e constitui mutuamente a história do povo e da língua. Em larga instância, continua ela, podemos dizer que a materialidade histórica vem sendo trabalhada sem supor a identidade da própria oralidade: esta vem sendo pensada como uma das formas da expressão do verbal – como registro¹⁷ – e não como uma das formas de arquivo, dito na e pela oralidade. Isto significa que o parâmetro para a oralidade tem sido a escrita, o que leva Souza a concluir que se pensa errado não só a oralidade das línguas de oralidade, mas também a oralidade das línguas de escrita. Estamos totalmente de acordo com a autora, e acrescentaria que perdemos, com este engano, também a possibilidade de compreender melhor a materialidade da escrita em relação a ela mesma.

José Simão: Quais são as perspectivas futuras para a pesquisa em História das Ideias Linguísticas?

Eni Orlandi: Este Programa de Pesquisas instalou-se, no Brasil, sustentado em bases bem estabelecidas, do ponto de vista de suas propostas, que lhe deram uma forma própria em relação ao conjunto de pesquisas que compunham o programa. Em sua prática, pelo grupo de pesquisadores brasileiros, institucionalizou-se, constituindo, assim, uma disciplina, e estabeleceu um campo de conhecimento com fundamentos sólidos e específicos à nossa produção de ciência. Acresce-se que, ao iniciar-se, já apontou para o atendimento das demandas que os estudos das ciências da linguagem esperam de um projeto que faça sentido dentro da nossa tradição de estudos. Marcou sua originalidade e suas contribuições próprias, por dedicar-se a uma produção que não era mera reprodução da feita pelos parceiros do projeto nos outros países. Trouxe, em anos de estudos e pesquisas, enormes contribuições tanto para o conhecimento da linguagem e das línguas, no Brasil, como produziu, com este conhecimento, subsídios para o ensino e para a formação de pesquisadores da área. O desenvolvimento do projeto, em instituições diversas do Brasil, possibilitou a criação de disciplinas específicas em graduação e pós-graduação, em história das ideias linguísticas, e o estabelecimento de linhas de pesquisa em diversos programas de pós-graduação. Há muito a fazer nesta perspectiva, a partir de suas filiações teóricas de origem: filosofia da ciência, filosofia da linguagem, análise de discurso, epistemologia, estudos das diferentes línguas, etc. Uma vez estabelecida, tornou-se um campo de conhecimento com seus modos de teorização, seu método sustentado na pesquisa de arquivos, com seus procedimentos, de um lado, e, de outro, nas diferentes formas de produção do conhecimento sobre a linguagem e as línguas no Brasil. Na relação com o desenvolvimento deste programa, em relação aos outros centros de pesquisa que o constituem, o projeto brasileiro tem avançado e, ao mesmo tempo, como é de se esperar, vai sofrendo mudanças e produzindo novos temas, que interrogam novas etapas da história das ideias linguísticas no Brasil. Eu mesma

¹⁷ Eu diria transcrição.



deixei, há algum tempo, o projeto nuclear, para me dedicar a um projeto mais específico sobre Ciência da Linguagem e Política no Brasil. Penso que isto é o que se espera de um projeto em uma fase mais avançada já de sua instalação: que traga novas contribuições que nos esclareçam, de outros modos, sobre nossa história, nossas ideias, nossas formas de produzir conhecimento sobre a linguagem e a nossa própria sociedade, na elaboração deste conhecimento. Ele deixa de ser um lugar mais específico, como era na conjuntura de sua instalação, e agora se generaliza, toma outras formas e subsiste em seus princípios teóricos e seu método de pesquisa de arquivo, seus procedimentos, de maneira, ao mesmo tempo, mais abrangente e mais estabelecida. E aqui, eu repetiria algo muito ao gosto dos analistas de discurso e que vem de M. Pêcheux: não são as respostas que envelhecem, são as perguntas. Por isso – e penso que é válido para toda ciência – há necessidade de se encontrarem novas perguntas. Como foi a introdução, no Programa, nos anos 90 do século XX, da interrogação que colocava na pauta das pesquisas a questão da colonização e apontava já para a da descolonização, que vai receber uma atenção mais específica nos anos subsequentes. Hoje, e imagino, no futuro, são outras questões, sustentadas pelo conhecimento adquirido e praticado a partir do que já foi explorado, que tomará a frente do trabalho, alargando nossa capacidade de pensar a ciência que produzimos, a nossa relação com a linguagem e com nossa(s) língua(s), a história de constituição de nossas ideias. Tem sido de sumo interesse conhecermos nossa história das ideias linguísticas, pesquisando e refletindo, como se tem feito, sobre essa nossa história. Sabe-se como um grande programa de pesquisas começa, mas são as descobertas do caminho – neste caso, numerosas e relevantes – que podem indicar a projeção do que um programa pode vir a ter. E termino esta questão, assim como o conjunto do que foi dito, retomando uma epígrafe, de I. Wallerstein, que usei em um artigo publicado em 2007¹⁸: “O passado muda porque é invenção do presente”. Não precisamos aceitar qualquer passado, podemos contribuir, pesquisando, refletindo, na direção de sua reinvenção.

Eni Puccinelli Orlandi

É doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo e pela Universidade de Paris/Vincennes, pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb) da UNICAMP, professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS) e professora colaboradora do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da UNICAMP. É referência na comunidade científica nacional e internacional nas áreas de Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas.

¹⁸ ORLANDI, E. P. A origem das línguas: posições da função-autor e diferentes leituras. **Remate de Males**, v. 27, n. 1, jan./jun. 2007, p. 85-93.